

Uma Constituição para o futuro

GUILHERME AFIF DOMINGOS

A missão do Congresso constituinte, de elaborar um texto constitucional capaz de balizar o período de transição que o país atravessa, possibilitar a superação das graves dificuldades econômicas e do atraso social do presente, estará comprometida se o texto final não for liberal e sintético, atendo-se a princípios gerais e deixando à legislação ordinária e, principalmente, à livre negociação entre os cidadãos a tarefa de promover os ajustamentos necessários, de acordo com o desenvolvimento econômico, político e social do país.

O texto constitucional só poderá ser sintético na medida em que seja liberal, pois é o excesso de regulamentação que exige um texto detalhista e extenso. Mas não é apenas para ser sintético que devemos procurar produzir uma Constituição liberal. É porque somente com maior liberdade poderemos desenvolver todas as potencialidades do país, não só para colocá-lo entre os países mais desenvolvidos, mas sobretudo para pagarmos a enorme dívida social acumulada nos últimos anos, representada pelo analfabetismo, a subnutrição, as doenças, a falta de moradia e de saneamento que atinge parcela expressiva da população brasileira.

Apenas com maior liberdade para os indivíduos, para que possam exercer sua criatividade, assumir riscos, trabalhar sem restrições e obter recompensa pelo esforço, teremos maior produção, com maior produtividade e condições para repartir melhor os benefícios.

É imprescindível liberar o Estado das tarefas nas quais se empenhou indevidamente e com prejuízo de suas funções precípuas, para que nossa política social esteja voltada não para dar peixe aos homens, mas para ensiná-los a pescar.



Aqueles que pretendem eliminar a miséria ou superar desigualdades econômicas através da ação paternalista do Estado parecem ignorar a realidade brasileira, onde proliferam os exemplos de pequenos grupos que, a pretexto do social, socializam os recursos públicos em benefício próprio. Basta verificar os programas ditos sociais em andamento para constatar que de cada Cz\$ 100,00 aplicados, menos de Cz\$ 20,00 chegam a seus supostos beneficiários. A verdadeira função do Estado é investir no homem, dar-lhe educação, saúde e saneamento básico e criar condições para que, com seu trabalho, possa ter uma habitação digna e uma área para cultivar, se essa for sua vocação.

Os que esperam que o Estado comande o desenvolvimento econômico através de sua ação como empresário ignoram o real esgotamento das fontes de financiamento do setor público, além de ignorar seu gigantismo, sua ineficiência e sua atuação em benefício de pequenos grupos, no poder ou fora dele, que se

beneficiam da atuação estatal. Ignoram também a tendência que se verifica na maior parte das economias do mundo, que buscam hoje na privatização o aumento da eficiência na economia e a geração de recursos para aplicarem na área social. Governos socialistas, como o da Espanha, abandonaram sua "virgindade ideológica" ante as evidências da realidade e procuraram retirar o Estado do campo econômico para aumentarem a produtividade e a competitividade da economia, além de poderem dedicar-se à área social.

A experiência brasileira deveria ser considerada por todos os que insistem em querer tudo regulamentar e atribuem ao Estado um excessivo poder de intervenção. Quem tem memória sabe que essa experiência estatizante que vivemos apenas serviu para perpetuar privilégios antigos ou criar novos para grupos que, à sombra de subsídios, incentivos e reservas de mercado se beneficiaram mais que proporcionalmente do surto de desenvolvimento experimentado pelo país a partir dos anos 50. E além

da nossa, as experiências bastante expressivas dos países de economia planificada, como Rússia, China e Hungria, entre outros, os levaram a buscar o caminho da descentralização e de desregulamentação para aumentar a eficiência de suas economias e recuperar o atraso em que se encontram em relação às economias de mercado.

Infelizmente, o anteprojeto da Comissão de Sistematização consagra muitos pontos que se destinam a manter o controle do Estado, e daqueles que o controlam ou dele se beneficiam, sobre a sociedade, levando o país no caminho do retrocesso. Restrições ao direito de propriedade, proibição ao capital estrangeiro em vários setores, reserva de mercado, tributação asfixiante, são itens contra os quais estamos lutando. Tenho certeza que, ao final desse processo, o bom senso prevalecerá modificando o texto atual.

A voz do contribuinte pouco tem sido ouvida no plenário do Congresso constituinte, o que se constitui uma ameaça séria que estamos procurando afastar, inclusive com a apresentação de uma emenda que obriga a divulgação da parcela de impostos contida no preço de todos os produtos, para que o cidadão tome consciência do montante de sua contribuição.

Estamos certos que o Brasil terá uma Constituição moderna, voltada para o futuro, porque esse é o desejo do povo brasileiro, expresso nas votações que asseguraram maioria, até agora mais ou menos silenciosa, àqueles que querem a sociedade controlando o Estado ao invés de ser por ele controlada.